



ABORDAGENS CIENTÍFICAS ACERCA DO IMPACTO DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM LARGA ESCALA NO TRABALHO DOCENTE

SCIENTIFIC APPROACHES ABOUT THE IMPACT OF LARGE-SCALE
EDUCATIONAL ASSESSMENT ON TEACHING WORK

ENFOQUES CIENTÍFICOS SOBRE EL IMPACTO DE LA EVALUACIÓN
EDUCATIVA A GRAN ESCALA EN EL TRABAJO DOCENTE

Viviana Gmach

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7561-1760>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Brasil

José dos Santos Souza

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-5433-0812>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Brasil

DOI: 10.22481/poligs.v3i2.11310

Resumo: O artigo apresenta uma revisão da literatura científica acerca das avaliações educacionais em larga escala no Brasil. Seu objetivo é verificar como esta literatura aborda o impacto da avaliação educacional nas práticas docentes. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa bibliográfica. A partir de levantamento em cinco repositórios nacionais, identificou-se número bastante reduzido (3,2%) de produções científicas sobre avaliação educacional em larga escala que fazem referência aos impactos destas avaliações no trabalho docente. Apesar de estas produções serem bastante críticas, não se percebe nelas qualquer proposição contra-hegemônica, tampouco a consciência da relação entre educação versus capital como determinante das sucessivas reformas educacionais. Possivelmente, isto se deve ao fato de suas análises não considerarem a classe social como categoria central.

Palavras-Chave: Avaliação Educacional. Avaliação em Larga Escala. Gestão Educacional. Planejamento Educacional. Trabalho Docente

Abstract: The paper presents a scientific literature review about large-scale educational assessment in Brazil. Its objective is to verify how this literature approaches the impact of educational assessment on teaching practices. This is basic research, of qualitative analysis, of explanatory nature, which falls into the category of bibliographic research. Based on data collection in five Brazilian repositories, a very small number (3.2%) of scientific productions on large-scale educational assessment that refer to the impacts of these assessments on teaching work. Despite the fact that these productions are quite critical, it is not possible to perceive in them any counter-hegemonic proposition, nor any awareness of the relationship

between education versus capital as a determinant of successive educational reforms. Possibly, this is due to the fact that their analyzes do not consider social class as a central category.

Keywords: Educational Assessment. Large-scale Assessment. Educational Management. Educational Planning. Teaching Work

Resumen: El artículo presenta una revisión de la literatura científica sobre la evaluación educativa a gran escala en Brasil. Su objetivo es verificar cómo esta literatura aborda el impacto de la evaluación educativa en las prácticas docentes. Se trata de una investigación básica, de análisis cualitativo, de carácter explicativo, que se inserta en la categoría de investigación bibliográfica. Con base en datos recolectados en cinco repositorios brasileños, se identificó un número muy pequeño (3,2%) de producciones científicas sobre evaluación educativa a gran escala que hagan referencia a los impactos de estas evaluaciones en el trabajo docente. A pesar de que estas producciones son bastante críticas, no es posible percibir en ellas ninguna proposición contrahegemónica, ni ninguna conciencia de la relación entre educación versus capital como determinante de las sucesivas reformas educativas. Posiblemente, esto se deba a que sus análisis no consideran la clase social como categoría central.

Palabras clave: Evaluación Educativa. Evaluación a gran escala. Gestión Educativa. Planificación Educativa. Trabajo Docente

Introdução

Em busca de compreender o debate acerca do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), especialmente como este debate aborda as possíveis implicações deste sistemas de avaliação no trabalho docente, realizamos um levantamento bibliográfico nos repositórios virtuais de maior impacto na produção acadêmica e científica da área de Educação, são eles: a Biblioteca Virtual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); o indexador Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), na versão Brasileira; o Indexador Nacional de Periódicos na Área da Educação (Educ@), da Fundação Carlos Chagas; o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foram levantados 1.090 trabalhos dentre artigos científicos, trabalhos completos publicados em anais de eventos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O recorte temporal adotado para o levantamento desta bibliografia foi o período de janeiro de 1996 a junho de 2022. Este recorte foi estabelecido tendo como referência o marco histórico das reformas educacionais de cunho neoliberal

que é a promulgação da Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que logo foi sucedida pelo surgimento da Avaliação em Larga Escala (ALE). Todavia, na Biblioteca Virtual da ANPEd, só foi possível acessar os trabalhos publicados a partir da *23ª Reunião Científica*, ocorrida em 2000, pois os trabalhos das Reuniões anteriores não estão disponíveis na biblioteca. Também é oportuno sublinhar que na Biblioteca Virtual da ANPEd, em virtude da amplitude temática abordada em seus 23 Grupos de Trabalho, tivemos que delimitar o levantamento apenas àqueles Grupos considerados aderentes à temática sobre o “*SAEB e suas implicações no trabalho docente*”. Assim, nossa busca ficou restrita aos seguintes Grupos de Trabalho: *Estado e Política Educacional (GT5)*; *Formação de Professores (GT8)*; *Trabalho e Educação (GT9)*; *Currículo (GT12)*; e *Educação Fundamental (GT13)*.

Sobre os repositórios consultados

A ANPEd foi fundada em 16 de março de 1978. Ela é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação. Nela estão reunidos pesquisadores, professores e estudantes vinculados à programas de pós-graduação e grupos de pesquisa da área. Conforme consta no site da própria ANPEd, sua finalidade é o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, de acordo com os princípios de participação democrática, de liberdade e de justiça social. Dentre seus objetivos, a instituição também destaca: 1) fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, além do estímulo a experiências novas na área; 2) incentivar a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados; 3) promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do País, especialmente no tocante à pós-graduação (ANPEd, 2022).

O Scielo é parte integrante de um projeto desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). A partir de 2002, o projeto também passa a ser apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este Projeto prevê ainda o

desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, divulgação e avaliação da literatura científica em formato eletrônico. O objetivo deste projeto é implementar uma biblioteca virtual eletrônica que dê acesso completo a uma coleção de títulos de periódicos, uma coleção de fascículos de títulos de periódicos individuais, bem como ao texto completo dos artigos. O acesso a títulos de periódicos e artigos está disponível por meio de índices e formulários de busca (SCIELO, 2022).

O Educ@ é um indexador que objetiva proporcionar amplo acesso a coleção de periódicos científicos na área da educação e foi implementado em 2010 por iniciativa da Fundação Carlos Chagas (FCC). Utiliza-se da metodologia do Scielo para publicação em acesso aberto de periódicos científicos *on-line*. Cumpre o propósito de ampliar a divulgação da produção acadêmica e científica da área de Educação (EDUC@, 2022).

Já o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do país que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais e instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Foi criado para reunir material científico de alta qualidade e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica brasileira. Com este Portal, a CAPES pretende reduzir as assimetrias regionais no acesso à informação científica sendo considerado uma iniciativa única no mundo e é inteiramente financiado pelo Governo Federal (CAPES, 2022).

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das Teses e Dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. A BDTD é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que integra os sistemas de informação de Teses e Dissertações e informações existentes nas instituições de ensino superior e pesquisa do Brasil (BDTD, 2022).

Procedimentos metodológicos adotados

Visando melhor apresentação do resultado deste levantamento, propomo-nos a elucidar suas principais etapas de seleção e categorização. Ressaltamos que este trabalho de levantamento da literatura sobre o impacto do SAEB no trabalho docente

se deu entre os meses de janeiro e maio de 2022, visto que, devido ao caráter de contínua inclusão de trabalhos científicos nos repositórios citados, o mesmo esforço em momento posterior, poderá apresentar resultados distintos. Primeiramente, utilizamo-nos de palavras-chave e/ou termos de busca com aspas para filtrar os trabalhos acadêmicos em um mapa conceitual dividido em 3 eixos temáticos, sendo eles: “SAEB”, “SAEB/Currículo” e “SAEB/ Trabalho Docente”. Esta estratégia não pôde ser aplicada no levantamento na Biblioteca Virtual da ANPEd por ela não dispor de um sistema de busca por assunto eficiente, o que nos obrigou a fazer o levantamento manualmente no elenco de trabalhos completos publicados pelos Grupos de Trabalho selecionados a partir da 23ª Reunião Científica.

Após definir os eixos temáticos, foi necessário selecionar os termos de busca que nos levassem à identificação de textos pertinentes a eles. O critério utilizado para seleção dos descritores de busca se ratifica pela existência de terminologias e/ou palavras comuns ao campo estudado e ao referencial teórico que o fundamenta. Utilizamo-nos de 18 termos de busca afinados aos respectivos eixos temáticos e ao objeto de estudo desta pesquisa.

Após a seleção das publicações e identificação de eventuais duplicidades, estabelecemos algumas categorias de trabalho por meio dos assuntos comuns em ordem crescente.

Por fim, durante os meses de junho e julho de 2022, coube-nos analisar as obras que se relacionaram diretamente com o objeto de estudo deste artigo, as quais poderíamos considerar de fato pertinentes ao campo temático que havíamos predefinido, qual seja: trabalhos científicos da área de educação que tratam do impacto que o SAEB produz no trabalho docente. Assim, alcançamos a totalidade de 404 trabalhos científicos que fazem referência a este campo temático e excluímos 416 trabalhos científicos considerados não pertinentes e outros 270 em duplicidade.¹

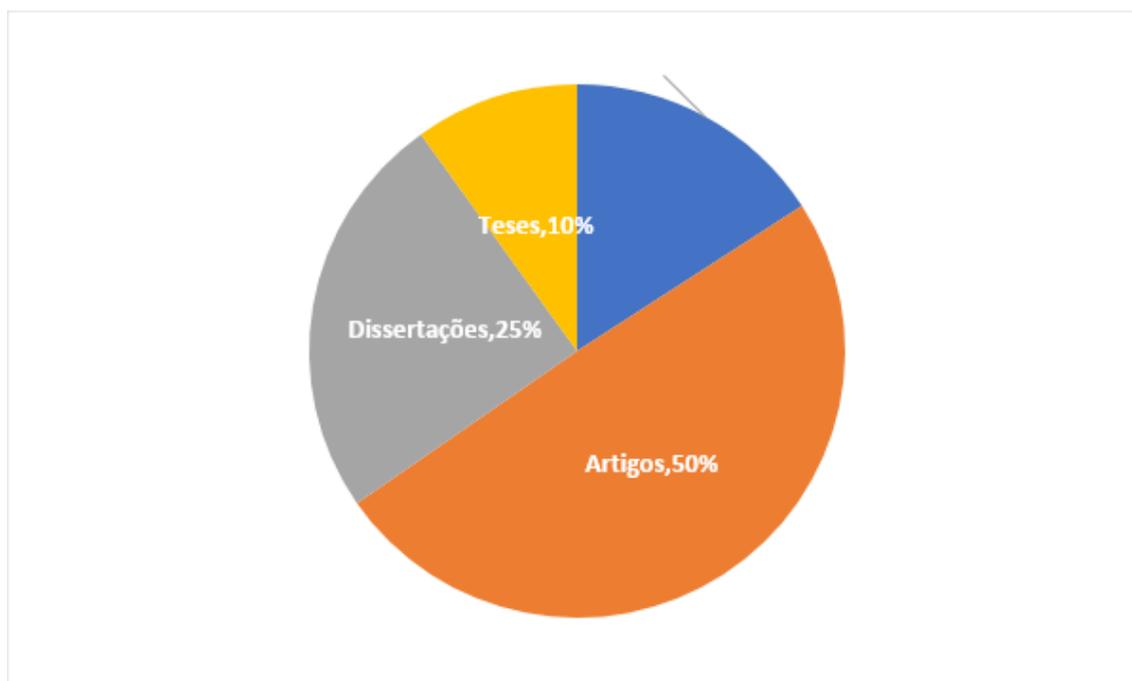
Aspectos quantitativos do levantamento bibliográfico

Tais produções estão disponibilizadas da seguinte forma: 64 trabalhos completos publicados em anais científicos, 200 artigos, 100 dissertações e 40 teses.

¹ A duplicidade se dá porque alguns trabalhos científicos podem constar de mais de um repositório utilizado como fonte do levantamento.

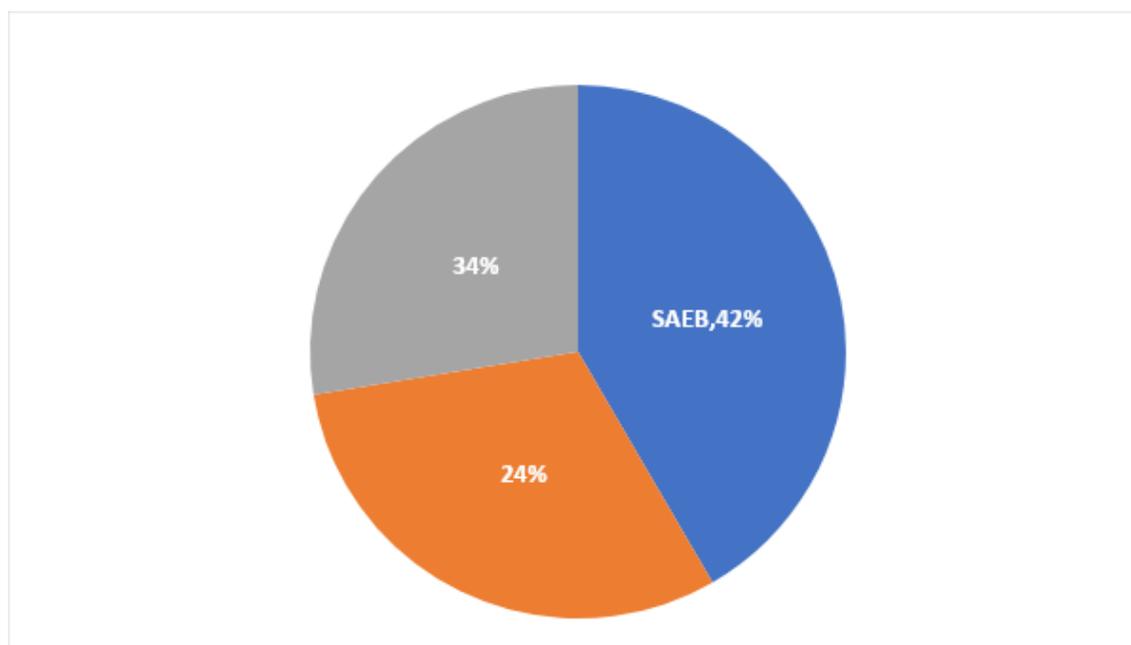
No Gráfico 1 podemos mensurar a quantidade em percentuais de produções científicas levantadas por eixo temático. Notamos que apenas 34% de todos os trabalhos pertinentes ao campo estudado expressam a relação entre o SAEB e o trabalho docente.

Gráfico 1: Percentual de produções científicas sobre o impacto do SAEB no trabalho docente levantadas, por tipo de produção – 2022.



Fonte: elaboração própria

Gráfico 2 - Percentual de produções científicas sobre o impacto do SAEB no trabalho docente levantadas, por Eixo Temático - 2022.



Fonte: elaboração própria

As 404 publicações científicas foram organizadas a partir de subcategorias de análise, indicando também sua expressividade pela quantidade de produções ligadas ao tema principal. Deste modo, classificamos as publicações científicas levantadas em categorias analíticas que respeitassem a particularidade das pesquisas e sua relação com o campo estudado.

No primeiro eixo temático, foram agrupadas as produções científicas que abordam problemas relacionados ao SAEB, conforme as seguintes categorias analíticas: 1) SAEB; 2) Sistema de Avaliação da Educação Básica; 3) Avaliação Educacional em Larga Escala; 4) Qualidade/SAEB; 5) Avaliação Educacional/Gerencialismo²; 6) Avaliação Educacional/Financiamento da Educação. Neste eixo, obtivemos o levantamento de 169 publicações pertinentes.

O segundo eixo agrupa as produções científicas que abordam problemas relacionados aos impactos que o SAEB produz no currículo do ensino fundamental, conforme as seguintes categorias analíticas: 1) Currículo/SAEB; 2) Base Nacional Comum Curricular; 3) Reformas Educacionais/Currículo; 4) reformas/Políticas Educacionais; 5) BNCC/SAEB. Neste eixo, obtivemos o levantamento de 96 publicações pertinentes.

Já o terceiro eixo diz respeito às produções científicas que abordam problemas relacionados ao SAEB e ao trabalho docente, conforme as seguintes categorias analíticas: 1) Trabalho docente/SAEB; 2) Trabalho docente/*Accountability*³; 3) SAEB/Valorização do trabalho docente; 4)

² O termo “Gerencialismo” se refere a determinado modelo de gestão pública decorrente da “*New Public Management*”, que consiste em uma crítica à administração pública burocrática (MESSENET; GÉLINIER, 1975), principal argumento neoliberal em suas proposições de reforma do Estado. Esta expressão “*New Public Management*” foi consagrada por Hood (1991), ao publicar o artigo “*A public management for all seasons?*”, em 1991. Assim, o difuso termo “*Nova Gestão Pública*” assumiu na literatura variantes tais como: “Gerencialismo”, “Novo Gerencialismo”, “Nova Gerência Pública”, “Gerência Baseada no Desempenho” ou “Reforma Gerencial”, dentre outros (SOUZA, 2017, p. 182).

³ *Accountability* consiste em uma proposição gerencialista de que a administração pública deve pautar-se pela responsabilidade social, imputabilidade e obrigatoriedade de prestação de contas à população. Isto deve se dar por meio de estratégias de mensuração de resultados do serviço prestado, de modo a permitir cálculos precisos da satisfação dos clientes por intermédio de índices

SAEB/Precarização do trabalho docente; 5) SAEB/Formação de professores; 6) SAEB/ Formação continuada de professores; 7) Avaliação de desempenho docente. Neste eixo, obtivemos o levantamento de 141 publicações pertinentes.

A partir dessa classificação por categorias analíticas, foi possível identificar com maior clareza as tendências do debate científico acerca do SAEB e seu impacto no trabalho docente.

Tabela 1 – Nº de produções científicas levantadas pertinentes ao Eixo Temático SAEB, por categorias analítica – 2022.

CATEGORIAS	Nº
Regulação Estatal	34
SAEB	28
Avaliação em Larga Escala	25
Políticas Educacionais	24
Qualidade	19
Gestão Escolar a Partir do SAEB	12
Financiamento da Educação	9
IDEB	9
Ranqueamento Institucional	5
Outros	4
TOTAL	169

estabelecidos *a priori*, segundo critérios da Lei de Mercado, tendo como pressuposto um conjunto de metas estabelecidas pelos governantes, segundo critérios tecnocráticos. Nesta perspectiva, acredita-se que a visibilidade interna e externa de procedimentos adotados e resultados alcançados contribui para a qualidade do serviço público. Todavia, o que ocorre de fato é que, por meio da publicização de procedimentos e resultados, o gerencialismo sugere o efetivo controle do processo e do produto, não só por parte dos servidores públicos (efetivos ou contratados), mas também pela população em geral, a pretexto de promover a participação e o controle social por parte dos usuários (ou clientes) do serviço público (SOUZA, 2017, p. 183).

Fonte: elaboração própria

Tabela 2 – Nº de produções científicas levantadas pertinentes ao eixo temático *Currículo/SAEB*, por categoria analítica - 2022.

CATEGORIAS	Nº
Reformas Educacionais e Burguesia	38
Currículo e Hegemonia	16
Base Nacional Comum Curricular	12
Avaliação Externa x IDEB	9
Currículo e Avaliação Externa	9
Contrarreforma do Estado	6
BNCC e Avaliação Externa	4
Matrizes do Currículo	2
TOTAL	96

Fonte: elaboração própria.

Tabela 3 – Nº de produções científicas levantadas pertinentes ao Eixo Temático *Trabalho docente/SAEB*, por categoria analítica – 2022.

CATEGORIAS	Nº
Accountability, Gerencialismo e Trabalho Docente	52
Formação de Professor Competente/Novo Tipo	22
Reformas Educacionais e Trabalho Docente	13
Precarização do Trabalho Docente	13
Saeb e Implicações no Trabalho Docente	13
Subjetivação do Trabalho Docente	9
Banco Mundial e Trabalho Docente	8
Política de Valorização do Trabalho Docente	8
TOTAL	138

Fonte: elaboração própria.

A partir desta classificação foi possível identificar com maior precisão a literatura pertinente ao nosso campo de interesse, qual seja: aquela que trata das implicações do SAEB no trabalho docente, que somam 13 trabalhos científicos que nos servirão de objeto de análise para uma revisão de literatura sobre o tema investigado. Este conjunto de trabalhos científicos se constitui de: 6 Artigos, 6 Dissertações de Mestrado e apenas 1 Tese de Doutorado. A seguir, faremos uma análise desta literatura com vistas a explicitar os principais temas abordados e as tendências que o debate evidencia.

Análise quantitativa da literatura levantada

As 13 Produções Científicas que abordam as implicações do SAEB no trabalho docente datam do período de 2009 a 2018, porém, o período de 2016 a 2018 apresentam maior frequência de publicações. Quanto à distribuição geográfica destas produções científicas, em maior número de publicações encontramos a Região Sudeste com 9 produções, seguida da Região Sul com 2 produções e, a Região Nordeste e a Região Norte com apenas 1 produção cada. Outra observação considerável se refere à origem institucional destas 13 produções: 12 produções científicas originadas de Instituição de Ensino Superior (IES) pública e apenas uma originada de IES privada.

As 13 produções científicas selecionadas tratam dos seguintes assuntos: 1) regulação do trabalho docente; 2) controle simbólico; 3) perda da autonomia docente; 4) condições do trabalho docente; 5) rotatividade de professores; 6) qualidade da educação; 7) IDEB; 8) avaliação externa.

A principal temática abordada nos trabalhos selecionados seria o processo regulatório do Estado por meio das Avaliações Educacionais em Larga Escala (AELEs). Essas produções científicas tomam como ponto de partida o contexto sócio-histórico da crise do Capital e o aprofundamento do Neoliberalismo para justificar a adoção das ALEs como contrarreforma do Estado a partir da década de 1990 (CASTELO, 2012). Portanto, podemos afirmar que as publicações

selecionadas têm em comum a centralidade de suas discussões na relação Educação *versus* Capital.

Desta forma, percebe-se a compreensão de que o capitalismo intervém medidas e ajustes por meio das políticas sociais para garantir sua sobrevivência e renovar suas condições de acumulação. Nesta perspectiva, as AELEs surgem como alternativa no bojo de um conjunto de medidas neoliberais a fim de garantir o ajustamento da gestão dos sistemas de ensino e as práticas pedagógicas às demandas renovadas de valorização do capital, conforme nos diz Santos (2009, p. 241):

Apoiado nos estudos de István Mészáros, que defende existir no interior do capital uma crise sem precedentes na história, procuramos destacar os desdobramentos dessa conjuntura na educação dos trabalhadores. Para esse autor, diferentemente das crises recorrentes, cíclicas do passado, a atual crise de capital é estrutural. Para superá-la, o capitalismo precisou lançar mão, através de organismos institucionais coordenados pelo Estado, de estratégias que possibilitassem reverter a decrescente taxa de lucro. Nesse cenário, a educação passa a ser um mecanismo importante de atuação, tanto nos seus aspectos reprodutivos de preparação da força de trabalho para o mercado, como passando ela própria (inclusive na esfera pública) a ser uma mercadoria.

Desta forma, observamos que todas as 13 produções científicas selecionadas, embora representem realidades e regiões distintas do país, enunciam similaridades quanto às implicações que o SAEB pode produzir no trabalho docente de professores que atuam na Educação Básica em nosso país.

O primeiro ponto que esse conjunto de produções científicas tem em comum é a tese de que a partir de 1990 surgem no Brasil as políticas educacionais de avaliação do ensino. No discurso oficial, essas avaliações cumprem reivindicações de esferas da sociedade em busca de informações relacionadas à qualidade do ensino nas instituições educacionais brasileiras. “[...] com a justificativa de busca de melhoria no atendimento ao cidadão/contribuinte, reduzindo mediações” (OLIVEIRA, 2010, p. 129). Desta forma, configura-se uma política de avaliação que:

engloba diferentes programas, tais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, [...] a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Em conjunto, estes sistemas, ao lado da Avaliação da Pós-Graduação da Capes – o mais antigo sistema de avaliação do país no setor da educação – configuram um macrossistema de avaliação da qualidade da educação brasileira (CASTRO, 2009, p. 5).

Na perspectiva da *accountability*, a política de avaliação externa em larga escala fomentada pelo governo federal expõe, por meio da publicidade dos resultados destes exames, a complexidade da educação brasileira ao longo dos anos e suscita muitas tensões no cotidiano escolar, principalmente para professores e gestores que passam a ser questionados sobre a qualidade da educação.

Considerando esta perspectiva, chegamos ao segundo ponto de convergência destes trabalhos que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), uma iniciativa governamental adotada com o objetivo de monitorar a qualidade da Educação Básica no âmbito nacional. Embora seja amplamente divulgado no discurso oficial que as AELEs são um instrumento de melhoria da qualidade da educação, esta estratégia exerce um controle simbólico sobre o trabalho docente, além de estabelecer um novo padrão na relação entre Estado e sociedade civil.

Sabemos que a partir do resultado do IDEB, as unidades escolares em todo o Brasil são ranqueadas hierarquicamente frente aos resultados obtidos. O formato de divulgação destes resultados estipula padrões na autoimagem e questiona a eficiência pedagógica dos sujeitos envolvidos em um modelo perverso de ampla concorrência com fins de premiação ou punição. Para Fernandes (2009, p. 121) observa-se que a lógica das AELEs implementadas em nível global apresenta objetivos distintos com “funções, formatos, propósitos e formas de controle, de acordo com as políticas educacionais dos diferentes países e das prioridades ou objetivos que definem.” Além disso, o autor aponta ainda que esta lógica cria padrões e efeitos na vida social, pessoal e acadêmica de estudantes e professores, no desenvolvimento do currículo, no que se ensina, em como se ensina, no que se avalia e na credibilidade social dos sistemas educativos.

Outra evidência apontada nos trabalhos científicos quanto à temática da qualidade, afirma que embora várias estratégias sejam adotadas no cotidiano escolar com vistas à melhoria do IDEB, elas se limitam aos aspectos técnicos das AELEs e não se ocupam em analisar os aspectos pedagógicos concernentes à estas avaliações. Diante disto, questiona-se a relevância da formação continuada de professores vistos como agentes na produção de conhecimentos e no posicionamento crítico com postura ativa frente aos mecanismos de controle simbólico estipulados por estas políticas públicas.

Para Afonso (2000), os testes objetivos padronizados em resultados representam um retorno de alguns pressupostos tayloristas⁴ (neo-taylorismo) onde essas estratégias mensuram conhecimentos e justificam a maquinaria da avaliação.

Freitas (2012) denomina as avaliações em larga escala como movimento neotecnicista, onde a responsabilização privatização e meritocracia são eixos estruturadores da reforma empresarial na educação e imprimem uma racionalização nas práticas escolares em concordância com padrões estipulados pelo mercado.

Ainda, ao que diz respeito à qualidade da educação, segundo Horta Neto (2007), em 1993, foi divulgado o *Plano Decenal de Educação para Todos*. Tal Plano previa uma série de ações com o objetivo de melhorar a educação brasileira. Dentre tais ações, destacava-se o desenvolvimento e a aplicação do SAEB, com o objetivo de aferir a aprendizagem discente, o desempenho de escolas de 1º Grau (Ensino Fundamental) e obter informações para avaliação e revisão dos planos e programas educacionais com vistas à qualidade da educação.

A revisão da literatura nos evidencia que, para além da publicidade dos resultados aplicados bianualmente, nenhum dos trabalhos científicos analisados apresentou qualquer ferramenta estratégica para superação das diferenças e antagonismos que suscitam o cenário escolar.

O terceiro ponto que tais produções científicas têm em comum seria a nova relação estabelecida entre o Estado e a sociedade, traduzida nas prerrogativas de eficiência e eficácia e de “responsabilização” (accountability) presentes na administração gerencial. O gerencialismo estabelece a adoção de uma política de responsabilização por parte do Estado, onde os resultados das avaliações externas aplicadas aos alunos são utilizados como parâmetro por muitas secretarias de educação com fins de premiação ou punição de escolas e professores. A fim de legitimar o gerencialismo como estratégia de superação de ineficiência, os governos

⁴ Tais pressupostos se referem ao sistema taylorista criado por Frederick Winston Taylor, no final do século 19. A partir da análise feita do modo como funcionava a indústria em que trabalhava, Taylor criou a chamada administração científica, com o objetivo de acabar com a proteção do tempo de trabalho, chegou à conclusão que, se subdividisse ao extremo diferentes atividades, os trabalhadores produziram mais em menos tempo, propondo com isso a divisão técnica do trabalho dentro da produção industrial, começando pela separação de funções e interesses entre administração e a produção a fim de tornar o processo produtivo mais rápido (PINTO, 2007).

divulgam dados relevantes para a sociedade e induz os interessados a obterem a sensação de absoluto controle dos processos administrativos:

A visibilidade interna e externa de procedimentos adotados e resultados alcançados é outra característica do gerencialismo. Por meio da publicização dos procedimentos e resultados, o gerencialismo sugere o efetivo controle do processo e do produto, não só por parte dos servidores públicos (efetivos ou contratados), mas também pela população em geral, a pretexto de promover a participação e o controle social por parte dos usuários (ou clientes) do serviço público (SOUZA, 2016, p. 183).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o SAEB é um conjunto de avaliações externas em larga escala que lhe permite realizar um diagnóstico da educação brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante (INEP 2022). Para Pestana (1998, p. 66), “um sistema nacional de avaliação poderia trazer informações úteis sobre: o que estava sendo gerado no setor educacional, como, onde, quando e quem era responsável pelo produto obtido”.

O quarto ponto de convergência que esses trabalhos destacam são as condições do trabalho docente como fruto da política estabelecida por meio do SAEB. Para além de mensurar o índice de qualidade da educação, as AELEs promovem, em última instância, consequências no trabalho docente. Segundo as produções científicas selecionadas, o IDEB interfere no trabalho docente com vias de responsabilização e desqualificação dos professores, estipula padrões performativos, impositivos e reguladores com perda parcial e até sequestro da autonomia docente. Com o precedente de atingir melhor desempenho no sistema avaliativo do IDEB, as secretarias de educação designam sucessivas estratégias de controle precarizando a função docente e a caracterizando com um viés neotecnista.

Desta forma, a avaliação em larga escala se torna a protagonista nos processos regulatórios do Estado e legitima um conjunto de implementações e medidas adotados a partir dos resultados obtidos nestes exames. Para além de regular o trabalho pedagógico, as AELEs estipulam marcadores de controle simbólico como a imposição de materiais didáticos como livros, apostilas e simulados em concordância de objetivos aos exames de larga escala. Nesta medida,

surge a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) que regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 10 anos (MEC, 2022).

O PNE possui 20 metas que visam à melhoria da qualidade da Educação Básica dentre as quais, 4 citam a necessidade de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a fim de garantir que conteúdos mínimos das áreas de conhecimento fossem ministrados aos discentes em todo país. Em 2017, a BNCC foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) que a partir de então implementa a Base com parcerias público privadas e a criação de materiais didáticos que, por sua vez, estabelecem um viés tecnicista em concordância com as AELEs.

Neste particular, a matriz de referência SAEB torna-se um dispositivo de inspeção da BNCC à medida que, estrategicamente, foi construída com a descrição de competências e habilidades que os alunos deveriam dominar em cada ano de escolaridade. Este documento menciona que as habilidades “referem-se especificamente, ao plano objetivo e prático do fazer e decorrem diretamente das competências já adquiridas e que se transformam em habilidades” (BRASIL, 2011 p. 18). Dessa forma, as competências podem ser entendidas como as diferentes modalidades estruturais de cognição do sujeito que deveriam corresponder às operações estabelecidas entre objetos físicos, conceitos, situações, pessoas etc.

Todavia, esse marco legal ignora uma série de efeitos sociais que também interferem nos processos de ensino x aprendizagem, como vulnerabilidade social, violência, fome, distúrbios e especificidades de aprendizagem, evasão escolar. Efeitos estes, que permeiam o cotidiano escolar e não são validados como desafios enfrentados tanto por alunos quanto por professores e que interferem diretamente no resultado das AELEs.

Para além do controle intelectual os docentes também sofrem assédio por meio da responsabilização do fracasso escolar discente, personificado no rodízio de professores nas redes de ensino para escolas de difícil acesso, como uma das estratégias punitivas. Doravante, a meritocracia ratifica a desigualdade na categoria estimulando a competitividade por meio de bônus salariais ou 14º salário para aqueles profissionais que correspondem aos dispositivos da nova gestão pública com prerrogativas de eficiência e eficácia. Uma das outras práticas observadas nos trabalhos analisados é o congelamento de investimentos públicos em infraestrutura

de escolas que não alcançam o desempenho no IDEB estipulado pelo governo federal.

Contudo, os mesmos resultados obtidos por meio do SAEB produzem um efeito contrário no compromisso do Estado com a qualidade da escola pública. A transferência da responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos alunos ao longo do processo educacional para o corpo docente e as escolas, estabelece um cenário de falsa descentralização exonerando o Estado da função prevista na constituição federal de 1988, onde estabelece que a educação deve ser ministrada com base em sete princípios, dentre eles: “a garantia de padrão de qualidade”. Porém, vale destacar que nenhuma legislação complementar definiu qual seria este padrão (HORTA NETO, 2007).

O quinto e último ponto de convergência que estas pesquisas fazem diz respeito à postura ativa ou passiva que os professores adotam em relação as AELEs. O docente, frente à política pública de avaliação de um sistema de ensino, pode ou não desenvolver em sua prática cotidiana ações que estabeleçam relação com as diretrizes impostas pela matriz do SAEB.

Considerações Finais

Nos trabalhos que constituem o universo desta pesquisa não existe um consenso acerca dos motivos que influenciam a prática pedagógica docente em relação às AELEs. A depender, principalmente, do nível de formação continuada de cada docente, percebe-se conflito ou total desconhecimento das implicações práticas que esta política de avaliação provoca em seu trabalho. Para Cavalieri (2013), os impactos que o SAEB pode provocar no trabalho docente são perceptíveis a partir dos tópicos e descritores utilizados em seu planejamento, indicando o nível de consentimento ou afastamento desta política educacional.

No entanto, essa análise não consiste em simples observação. É fato que o nível de conhecimento do professor incide no que ele faz, porém, os estudos indicam que independente de sua vontade, tarefas pré-determinadas por instâncias superiores caracterizam a burocracia pedagógica, cada vez mais presente no exercício docente. Além disso, fatores intraescolares tornam-se preponderantes para a prática docente, tais como: o julgamento de outros professores; a legitimação da

competitividade intra e interescolar como fator de desenvolvimento da qualidade; o comportamento disciplinar do aluno; a qualidade da relação do professor com a comunidade escolar; as expectativas em relação à eficiência do trabalho do professor; as crenças sobre a responsabilidade do professor; as exigências burocratizantes da escola; e, por fim a sua formação profissional que poderá ou não definir seu grau de consciência frente à conjuntura política que o cerca.

Estima-se que o professor que faz adesão à matriz SAEB esteja em consonância com esta política educacional. Por outro lado, o professor que tende a ignorar tais diretrizes também se submete à mesma avaliação, caracterizando a estratégia coercitiva dos instrumentos reguladores do Estado.

A revisão da literatura examinada nos permitiu concluir que as produções científicas que caracterizam o universo desta pesquisa reconhecem impactos no trabalho docente advindos da política educacional SAEB. Entretanto, não evidenciamos nenhuma iniciativa contra-hegemônica que suscite aos envolvidos resistências ou articulação política para o real entendimento dos mecanismos de disputa que duelam no cenário educacional brasileiro, tampouco evidenciamos qualquer consciência da relação entre educação versus capital que determina sucessivas reformas educacionais, atribuindo à educação o status de mercadoria.

Também é evidente que apesar da visão crítica desta literatura examinada e das inúmeras ponderações que fazem acerca do impacto do SAEB no trabalho docente, não se percebe neles a referência à classe social como uma categoria analítica. Obviamente, esta lacuna implica limites consideráveis na percepção das contradições existentes na execução de uma política governamental, bem como na formulação de alternativas para que o trabalho docente se desenvolva de forma autônoma, numa perspectiva emancipatória, em favor dos interesses populares e democráticos, com vistas à igualdade de oportunidades educacionais para todos.

Enfim, concluímos que existe a necessidade de mais estudos que se proponham a investigar se os impactos no trabalho docente identificados ainda são preponderantes no campo da educação, e, se existem outras implicações não identificadas que o SAEB possa produzir nos dias que passam.

Referências

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

ANPED, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Sobre a ANPED**. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sobre-anped> . Acesso em: 15 de julho de 2022.

BRASIL. INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**: resultados e metas. Brasília, DF, 2018c. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 27 de julho de 2022.

BRASIL. INEP. Prova Brasil. **Avaliação do Rendimento Escolar**: resultados finais. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <http://sistemasprovabrasil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/>. Acesso em: 27 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em 02/09/2022.

BRASIL. **Lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/. Acesso em: 27 de julho 2022.

BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, **Histórico**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico#:~:text=De%20%20a%2015%20de,vers%C3%A3o%20da%20BNCC%20%C3%A9%20disponibilizada>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

BRASIL. MEC. **Elementos conceituais e metodológicos para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/DICEI/COEF, 2012.

BRASIL. MEC. INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb> . Acesso em 27 de agosto de 2022.

BRASIL. MEC. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Prova Brasil. Ensino Fundamental: Matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC/SEB-INEP, 2011.

CAPES, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Quem Somos**. Disponível em:

<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/qu-em-somos.html> . Acesso em: 15 de julho de 2022.

CASTELO, Rodrigo. Gramsci e o conceito de crise orgânica. **Margem Esquerda**, Campinas, v. 19, p. 69-83, 2012.

CASTRO, Helena Guimarães de. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n0101pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

CAVALIERI, Alessandra Moreira. **Análise de Incidências do SAEB sobre a atuação profissional do professor nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Bauru, SP, 2013. 131f. 121 Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP.

FCC, Fundação Carlos Chagas. **Equipe Educ@**. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso#about . Acesso em: 18 de julho de 2022.

FERNANDES, D. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira; SOUZA, José dos Santos. Social dialogue and reorganization of labor and power relations nowadays. **Sociedade em Debate** (Pelotas), v. 26, n. 1, p. 22-41, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2522>. Acesso em 02/08/2022.

FREITAS, L. C. de.; SORDI, M. R. L. de. **Responsabilização participativa**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 87-99, jan./jun. 2013

HOOD, Christopher. A public management for all seasons? **Public Administration**, United Kingdom, Vol. 69, p. 3-19, Spring/1991.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação externa: a utilização dos resultados do SAEB 2003 na gestão do sistema público de ensino Fundamental no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

IBICT. BDTD, Biblioteca Digital Brasileira de teses e Dissertações. **O que é?**

Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs> . Acesso em 18 de julho de 2022.

MASSENET, Michel; GÉLINIER, Octave. **La Nouvelle gestion publique: pour un État sans bureaucratie**. Paris, France: Éditions Hommes et Techniques, 1975. 145p.

MÉSZARÓS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. E ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 2011. 276 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011

PESTANA, Maria Inês. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.79, n.191, p.65-73, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1044/1018> . Acesso em 27 de agosto de 2022.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 80 p.

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. **Graduação tecnológica no Brasil: crítica à expansão de vagas no ensino superior não universitário**. 2009. 256 f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SCIELO, *Scientific Electronic Library Online*. **Sobre este site**. Disponível em: <https://old.scielo.br/scielo.php#about> . Acesso em 18 de julho de 2022.

SOUZA, José dos Santos. A crise do capital e redefinição da política educacional Brasileira nos anos 90. **Revista da FAEEBA**, Salvador nº 10, jul./dez. 1998

SOUZA, José dos Santos. Gerencialismo. In: SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte (Organizadora). **Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior: glossário**. Rio de Janeiro: Publit, 2017. p. 54-58.

THERRIEN, J. Parâmetros de pesquisa científica do pesquisador de sua práxis docente –articulando didática e epistemologia da prática. In: ENDIPE, 17, 2014, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UECE, 2014.

SOBRE OS AUTORES

Viviana Gmach

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua como docente da Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, RJ. É membro do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ), atuando na linha de pesquisas sobre Trabalho Docente.. Correio eletrônico: vivianagmach@gmail.com

José dos Santos Souza

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio de pós-doutoramento pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Atualmente é professor associado IV de Economia Política da Educação e de Política Educacional do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ). É Líder do Grupo

de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ); é editor da Revista Trabalho, Política e Sociedade; é membro da Rede Universitas-BR; é membro associado da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional e em Gestão de Sistemas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado e Políticas Públicas; Gestão Educacional; Trabalho, Educação e Políticas Públicas; Educação Profissional e Tecnológica. Correio eletrônico: jsantos@ufrj.br

Recebido em: 06 de setembro de 2022
Aprovado em: 18 de novembro de 2022
Publicado em: 27 de dezembro de 2022